

BANDEIRAS, MITOS E HISTÓRIA NOS SERTÕES DA AMÉRICA PORTUGUESA*

José Roberto Bonome**
Fernando Lobo Lemes***

Resumo: as Bandeiras foi um movimento de expansão econômica e utilização do imaginário. Entre outros motivos está o mito do enriquecimento rápido através de aventuras e enfrentamento do desconhecido. Por outro lado, existia mitos que impediam muitos de se aventurarem nas matas atrás das riquezas, como é o caso dos mitos indígenas. Entre o desejo de ir impulsionado por mitos como o da Serra Dourada e o medo dos mitos indígenas como os do Curupira e Caapora, aparece a igreja católica com mitos que diziam garantir a integridade dos bandeirantes - desde que oferecessem parte da conquista a um determinado santo ou santa do seu rol. É sobre as lutas no imaginário que trata esse trabalho.

Palavras-chave: Bandeiras. Imaginário. Mitos. Brasil.

BANDEIRAS, MYTHS AND HISTORY

Abstract: *the Bandeiras was a movement of economic expansion and use of the imagination. Among other reasons is the myth of rapid enrichment through adventures and face the unknown. On the other hand, there are many myths that prevented venturing in the woods after riches, as is the case of indigenous myths. Between the desire to go driven by myths as the Serra Dourada and the fear of indigenous myths as the Curupira and Caapora appears the Catholic church with myths that said ensuring the integrity of the pioneers - since offered part of achieving a particular saint or holy of your list. It is about the struggles in the imagination that comes this work.*

Keywords: *Bandeiras. Imaginary. Myths. Brazil.*

O território brasileiro, sem lei e sem rei, representava, para o europeu, já na época do descobrimento e, depois, na continuidade exploratória, um terreno rico e fértil de extrativismos vegetais e minerais, especialmente do ouro e das pedras preciosas. Interesses econômicos

* Recebido em: 06.06.2014. Aprovado em: 25.06.2014.

** Doutor em Estudos Comparados das Américas pela Universidade de Brasília. Professor no Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA). E-mail: bonome@unievangelica.edu.br.

*** Doutor em história pela Universidade Sorbonne Nouvelle - Paris III. Professor na Universidade Estadual de Goiás. E-mail: fernando.lemes@ueg.br.



em extrativismo que foi precedido apenas pelo interesse na mão de obra escrava, primeiro do nativo índio, depois dos africanos.

Enquanto na Europa aumentava o fluxo do transporte marítimo, cresciam as estórias dos feitos fantásticos dos viajantes no Novo Mundo. Por isso dizia-se que «além do Atlântico tudo era lenda, o testemunho dos viajantes passou a adquirir foros de verdade e as imagens que suscitavam eram tidas como evidências» (BELLUZO, 1997, p. 326).

Na historiografia brasileira aparecem algumas definições de bandeira, exemplo é a definição de Capistrano de Abreu (2000, p. 128):

Bandeiras eram partidas de homens empregados em prender e escravizar o gentio indígena. O nome provém talvez do costume tupiniquim, referido por Anchieta, de levantar-se uma bandeira em sinal de guerra.

Outro exemplo, o livro de Alfredo Ellis Júnior, *Meio Século de Bandeirismo – 1590-1640*, editado no ano de 1939 pela Revista dos Tribunais, reporta ao fato de que “o fenômeno do bandeirismo só foi realizado nesta parte do continente luso-americano” (p. 5). E ainda, que esse fenômeno teria ocorrido em algumas regiões apenas, tendo na Bahia o nome de “entradas”, no Maranhão somente com o propósito de apresamento indígena, no Amazonas algumas tentativas audaciosas mas quase sempre malogradas, como por exemplo a bandeira de Pedro Teixeira, no ano de 1639, e, por fim, Ellis Júnior aponta para o fato de que não aconteceu qualquer expansão de Bandeiras no Norte do país.

Com o surgimento das cidades e, depois, com a ocupação gradativa das áreas próximas, o nativo descendente de europeu ou fruto de relações muitas vezes ilícitas, forçadas, viu-se impulsionado a buscar as riquezas no sertão brasileiro. Busca essa que não tinha o apoio da Coroa portuguesa, já que pretendia manter o *status quo* das feitorias.

Da cidade de São Paulo saem as primeiras Bandeiras para várias partes do Brasil. Movimento de apresamento e de busca de metais e pedras preciosas. O historiador John Manuel Monteiro divide o movimento do Bandeirantismo em duas fases distintas: “o bandeirantismo defensivo, o apresamento, o movimento colonizador, as atividades mercenárias e a busca de metais e pedras preciosas” (1999, p. 57). Num primeiro momento, o principal objetivo era o apresamento indígena visando suprir a necessidade de mão de obra para a agricultura paulista, e isso teria durado até 1640. Essa ideia já está presente em Ellis Júnior, para quem o objetivo dos portugueses nesse período “consistia na preação do silvícola e, depois, no descobrimento de metais preciosos e pedrarias de valor” (1939, p. 5). O apresamento indígena se enfraquecia na medida em que o ouro é descoberto em Minas Gerais no fim do século XVII.

Inicialmente, naquele contexto, o jesuitismo apresentava o antagonismo de catequizar e escravizar. Alguns missionários haviam entrado na mata com, segundo diziam, a intenção de catequizar os índios:

a resolução de entrar pela terra adentro fora tomada pelos quatro padres de missa e os irmãos destacados no sítio com muitas orações, jejuns e disciplinas, segundo o estilo da ordem. Dada a pouca constância e a contumácia dos gentios em seus costumes perversos, iriam dali ‘cem léguas’ a fim de fazer uma casa, e nela recolher os filhos dos gentios e fazer ajuntar muitos índios em uma grande cidade, fazendo-os viver conforme a razão (CASSIANO, 1959, p. 269).

O padre Manoel da Nóbrega era contra construções de casas de formação (espécie de mosteiro) no interior do Brasil, isso se pode ver nas cartas enviadas a Luiz Gonçalves. Em 1553, Tomé de Souza escreve a Sua Alteza relatando as viagens feitas com os padres e faz críticas à construção de casas entre os gentios¹. A pergunta que se faz é: qual seria o motivo de ser contra a construção de casas para os gentios? Alguns citam o fato de que nisto estaria a preocupação com o ouro:

ter-se por certo haver muita prata na terra, e tanta que dizem haver serras dela, e muitas notícias de ouro: - Pelo que Tomé de Souza fechou e atalhou o caminho, até Sua Alteza prover a isso (NEMÉSIO, 1971, p. 270).



Os discursos dos jesuítas enfatizavam que as minas eram as almas dos habitantes das matas, mas, na opinião de Nemésio, as minas não eram metafóricas. Entretanto, para John Manuel Monteiro (1999, p. 77) as entradas na mata visavam o apresamento indígena. Ele cita: “Francisco de Paiva, chegou a ponto de obter junto ao Santo Ofício da Inquisição um mandado autorizando a penetração no sertão para perseguir um herege” (1999, p. 79). Os selvagens não cristãos eram considerados hereges, ou seja, pessoas de opinião contrária a doutrina oficial da Igreja.

A estratificação dos anseios sociais de enriquecimento e prestígio encontrou terreno fértil para contagiar muitos indivíduos ávidos pela riqueza do sertão. Riqueza em mão de obra nos primeiros séculos, até por volta de 1640, e em metais e pedras preciosas num segundo momento:

Com certeza, para a maioria dos paulistas, os índios constituíam a verdadeira riqueza a ser extraída do interior – o ouro vermelho na feliz expressão de Antonio Vieira. Curiosamente, a própria Coroa tentou, em várias ocasiões, concretizar esta analogia ao cobrar o quinto real sobre os cativos, imposto este associado à extração de riquezas minerais (MONTEIRO, 1999, 96).

Assim, nos informa Monteiro (1999, p. 79):

A partir de 1640, [...] De fato, a mudança mais significativa residia na orientação geográfica das expedições, na medida em que os paulistas viam-se obrigados a procurar um substituto adequado para os cativos guarani que haviam alimentado as operações anteriores. Inicialmente, a despeito da distância envolvida, algumas expedições partiram para o miolo do continente, na região do Araguaia-Tocantins, conhecido como o sertão do Paraupava. Os paulistas já tinham conhecimento da região, pois pelo menos duas expedições haviam penetrado nestes sertões nos anos iniciais do século. A segunda, de 1613, foi objeto da crônica de um jesuíta informado pelo sertanista Pedro Domingues.

Por trás do desejo de ir estava a fundamentação mítica. Não se utiliza aqui o conceito de mito dado pela filosofia positivista de Augusto Comte na segunda metade do século XIX, no qual o mito é entendido como uma história imaginária, lendária, fábula ou espécie de saga. Pelo contrário, a palavra mito é aqui utilizada no sentido de estruturante da sociedade. É essa a designação antropológica de mito e, especialmente, na história das religiões, sobretudo à partir dos trabalhos de Mircea Eliade (1907-1986). Por ser estruturante da sociedade é que os mitos católicos precisavam ser ensinados, e para cumprir com essa função didática do mito é que “a figura do capelão era obrigada” nas bandeiras (ABREU, 2000, p. 128).

Cassiano Ricardo (1959) aponta para o fato de terem os mitos bandeirantes origem econômica e não cosmogônica. Criam-se e desenvolvem-se os mitos do ouro, da prata, da Serra das Esmeraldas, Lagoa Dourada, Itaberaboçu, Resplandecente e Serra Dourada, entre outros. Mitos esses que surgem e crescem fora do local de acontecimento e em resposta a uma situação concreta do cotidiano das pessoas.

No início do processo de colonização da América portuguesa, predominava, neste período final da história medieval, “a tendência a evocar o paraíso não como um *hortus deliciarum*, mas como telão da tragédia da ruptura do homem com seu criador. Havia maior vantagem em crer do que em não crer. Mircea Eliade sugere que o mito deva ser entendido como um relato que estrutura uma determinada sociedade. Contém, portanto, inserida, na narrativa fabulosa, conceitos de verdades antropológicas que dão significado às relações sociológicas e ontológicas, e por que não, metafísicas. O mito seria o construto do imaginário dos povos, tanto primitivos quanto modernos.

Oriundos de cidades, os indivíduos que não tinham outra ocupação ou que não tinham esperanças de pertencimento nas sociedades de então, buscavam a solução da selva e do sertão. Exemplo disso é a cidade de São Paulo que estimulava o “mito de riqueza fácil”; pepitas de ouro poderiam ser encontradas com facilidade. Monteiro (1999, p. 79-80) diz que

Após caminhada de 120 dias, os paulistas chegaram à ilha do Bananal, nela encontrando o grupo não-tupi Carajaúna, e o grupo tupi, Caatinga. A região deixou impressão bastante favorável, sendo a partir daí cotada como uma fonte inexaurível de mão de obra indígena. Talvez esteja aí outro



fator das riquezas ‘escondidas’, ou seja, que não podiam ser reveladas pela controvérsia entre a jurisdição canônica e a prática habitual.

Já no sertão de Goiás, criavam-se os ‘mitos de riqueza escondida’. Esta era a função do mito em relação ao local de saída e local de destino. Assim, criava-se a Fantasia como meio de facilitar a ida aos sertões. Cassiano Ricardo (1959, p. 125) afirma que “a distância criada na imaginação do bandeirante passa a ser realidade e é área geográfica da caminhada”. Ao mesmo tempo, a memória se interpunha como dificuldade de se atingir as riquezas. Daí criarem títulos metafóricos como ‘governador das esmeraldas’. Existiam outros interesses que transcendiam o mito de riqueza fácil. Monteiro (1999, p. 66) escreve:

Alguns colonos que participaram das expedições sem dúvida alimentavam certa esperança de alcançar a riqueza instantânea que um descobrimento de prata traria, mas a vasta maioria alistou-se nestas aventuras de olho na oportunidade de criar ou expandir suas posses de escravos. Logo, para muitos, a busca de metais e pedras preciosas servia de capa, legitimando a intenção real dos exploradores.

Além dos mitos de riqueza escondida no sertão estavam os “mitos da selva”, estes atuando em sentido contrário ao mito de riqueza fácil e objetivando desestimular o provável candidato a bandeirante. A criação de muitos desses mitos pode ter origem no fato de que “todas as expedições tinham características comuns: voltavam com muitos cativos e sem nenhuma riqueza mineral” (MONTEIRO, 1999, p. 60).

O Decreto de 17 de abril de 1702 exprime a proibição de se fazer segredo das descobertas, embora os possuidores dos segredos apenas os contavam se “levassem alguma vantagem”. Nesse período, era comum a utilização de segredos para justificar as guerras contra os índios, sua captura e escravização. Estava, portanto, criada a relação entre descobrir um tesouro e guardar o seu segredo. Relação presente no imaginário das bandeiras.

Muitos jovens embarcavam para o interior do Brasil manifestando a necessidade de “buscar remédio para minha pobreza” (MONTEIRO, 1999, p. 85). Escondidos atrás dos “segredos”, buscavam de fato, o apresamento indígena. É isso que faz gerar medo nos índios que procuram, em contrapartida, incutir o medo nos jovens aventureiros. Nesse momento, os mitos religiosos revigoram a força dos bandeirantes.

O sertão, que está diante dos bandeirantes, é enigmático e fascinante. O imaginário foi sendo construído na miscigenação, na opressão, na vituperação das consciências, no medo do desconhecido.

O medo é fonte dos mitos, medo do vir a ser, do sobrenatural, do mistério. Assim, o medo do mar, dos corsários, vindos do mar, levavam muitos a enfrentar o sertão. Lá, porém, existiam outros medos que aparentemente seriam mais fáceis de serem enfrentados. Ricardo (1959, p. 102) tenta mostrar que “A Bandeira é, como se buscará demonstrar, o mais curioso exemplo de tendências contrárias postas numa direção”. Nesse sentido, a caminhada em direção ao sertão contava com “o branco ou mameluco no comando, o índio na caminhada, o preto na mineração” (RICARDO, 1959, p. 104).

Uma pequena relação de mitos de riqueza escondida:

- Grãos de ouro servem como chumbo para espingarda;
- Sobre pedras de ouro põe-se panelas para cozinhar;
- Ao se tirar touceira de capim o ouro vem emaranhado nas raízes;
- Em Goiás, “certo alferes faz uma caçada de perdizes e ao manda-las preparar qual não é o seu espanto em verificar que elas têm no papo grânulos de uma oitava. Sinal de novas minas a serem descobertas ali por perto” (RICARDO, 1959, p. 110);
- Um cavalo ao dar patada prende a unha numa lasca de ouro.

Outros mitos estavam relacionados a fenômenos astronômicos. O aparecimento de um cometa em 1665 fez com que as pessoas atribuíssem dificuldades, doenças e outras desgraças no Planalto Central. Outro cometa, visto em Mato Grosso, teria trazido a peste e o castigo de transformar o ouro em chumbo.

Os mitos são interessantes. Dizia-se que vários integrantes das bandeiras achavam ouro, logo depois esse ouro ficava inficionado, isto é, perdia os quilates por arte do demônio. Daí surgir o distrito



denominado de Inficcionado, na Comarca de Vila Rica (atual Ouro Preto – Minas Gerais) conhecida pelo ouro de péssima qualidade. Isso impulsionava muitas pessoas para as rezas no intuito de encontrar ouro, orações escritas em patuás, contra ar de estupor, contra Curupira, Caapora e outros demônios.

Segundo se acreditava, as pessoas mais propensas a achar ouro eram os negros, as que faziam parte com o diabo e os Zahoris (no sul), os nascidos na sexta-feira santa.

Há muitos mitos sem ouro, mas não há ouro sem mitos. Nessa batalha mental travada no imaginário de povos oriundos das mais diversas partes do mundo conhecido de então, não se pode deixar de fora o referencial ideológico mais forte, aquele que durante toda a Idade Média permeou o pensamento e as ações do mundo ocidental, a teologia católica materializada na Igreja. Para Cassiano Ricardo (1959, p. 116), “A influência dos mitos no fenômeno bandeira, nada tem que ver com a do misticismo característico do século XVI”. Parece que o autor está parcialmente correto, pois existem pontos em comum entre o imaginário medieval e o imaginário da época das bandeiras.

O português na época já era propenso ao místico. Gilberto Freyre, em “Casa Grande e Senzala”, apresenta o grande interesse e desejo sexual do português pelas índias brasileiras como resultado de mitos inconscientes. Um desses mitos refere-se à morena maometana:

em oposição à lenda da moura-encantada, mas sem alcançar nunca o mesmo prestígio, desenvolveu-se a da moura-torta. Nesta vazou-se o ciúme ou a inveja sexual da mulher loura contra a de cor. Ou repercutiu, talvez, o ódio religioso: o dos cristãos louros descidos do Norte contra os inféis de pele escura. Ódio que resultaria mais tarde em toda a Europa na idealização do tipo louro, identificado com personagens angélicas e divinas em detrimento do moreno, identificado com os anjos maus, com os decaídos, os malvados, os traidores (FREYRE, 1995, p. 10).

O longo contato com os sarracenos deixara idealizada entre os portugueses a figura da moura-encantada, tipo de mulher morena de olhos pretos, envolta em misticismo sexual – sempre penteando os cabelos ou banhando-se nos rios ou nas águas das fontes mal-assombradas – que os colonizadores vieram encontrar parecido, quase igual, entre as índias nuas e de cabelos soltos do Brasil.

O próprio imaginário português havia criado e impulsionado o mito da “Ilha Brasil” para justificar a expansão marítima. Na Europa, desenvolvera-se o mito do ‘Bom Selvagem’. A Europa buscava espelhar-se no romantismo clássico dos gregos. Especialmente na Grécia, havia o mito do ‘Tosão de Ouro’ (mito dos tempos homéricos). O personagem desse mito, Jasão, diz que não tornaria à Grécia sem levar o Tosão de Ouro. Isso não será diferente entre os bandeirantes, cujo imaginário justificará a saída sertão adentro. Afonso Sardinha, por exemplo, «partindo para o sertão em 1598 com outros mancebos e mais de 100 índios cristãos, alegou que sua única intenção era buscar ouro e outros metais” (MONTEIRO, 1999, p. 92). Os mitos serão fatos para o Bandeirante. Em Goiás, o bandeirante Anhanguera diz: «ou acho o que procuro ou morrerei na empresa» (RICARDO, 1959, p. 120).

A Igreja Católica atua aqui com mitos de ajuda de santas protetoras. Promessas a Nossa Senhora eram enfatizadas. Alguns prometiam que ao voltar das bandeiras enfeitariam o vestido azul da santa com pedras amarelas. Manuel Corrêa ao achar ouro, destina-o à uma coroa para Nossa Senhora do Pilar de Sorocaba. Daí a razão por que “Nossa Senhora” é o nome de muitas povoações que se fundam. A criação desses mitos, enfatizada pelo cristianismo da época, servia como reforço ao recuo diante dos mitos indígenas. Mitos à frente e santos atrás, assim caminhavam os bandeirantes rumo ao sertão desconhecido.

Tanto o sertão era desconhecido, como também as riquezas estavam escondidas. Isso pode indicar que o objetivo era o apresamento indígena. A mudança ideológica na manipulação desses mitos é posterior aos anos de 1600. A esse respeito, Monteiro (1999, p. 98) afirma que

o círculo do processo de recrutamento de mão de obra indígena fechou-se no decorrer dos anos de 1600. O século havia começado com a convergência entre interesses minerais e a busca de cativos, e assim terminou. Até o fim do século, quando o apresamento foi suplantado de vez pela mineração, as frequentes expedições ao mesmo tempo refletiam e afetavam as necessidades e a estrutura da economia do planalto.

De outro lado, os mitos indígenas ao serem contados para os bandeirantes tinham a pretensão se frear sua invasão ao sertão. Alguns desses mitos são o da Mãe d’água – uma espécie de sereia



fluvial conhecida também por Iara que ameaçava as embarcações de naufrágio²; a Mãe d'ouro que acenava com fortuna. O Curupira, o Boitatá, o Caapora, o Anhangá e outros demônios indígenas. Eram 'manifestações do espírito mau e não deviam ser conservados'. Algumas tribos acreditavam que a morte estava atribuída ao enrugar de pele; esse trocar de pele, como as serpentes, era a estruturação que a tribo precisava para manter sua identidade e explicar que eles não morriam.

Os índios Goiázes eram tidos como gigantes pelos habitantes das vilas. Fernão Dias Pais, o 'Diabo Velho', era comparado ao Ulisses da Odisseia de Homero quando procurava a "Serra Dourada". Os Tupis no século XIX vão para o leste a procura do 'paraíso terrestre' pela influência dos jesuítas nos séculos XVI e XVII.

O Anhanguera, em 1763, cria o mito dos Martírios, no recesso do sertão goiano, entre os Tapajós e o Paraupava (norte de Goiás, atual Tocantins), "e o faz com o testemunho de Manoel de Campos Bicudo, outro bandeirante de prol que por lá andou" (RICARDO, 1959, p. 123). A substituição do nome Paraupava ou Paraupaba pelo Araguaia, ocorre por volta da segunda metade do século XVII. O rio Paraupava era conhecido desde antes de 1600. Até 1618 o rio sempre foi facilmente identificável, porque sertanistas de determinadas bandeiras passavam a integrar outros grupos posteriores. Assim, as bandeiras que iam ao Rio Paraupava (Bilreiros, Pés Largos, Goiás, Carajaúnas, etc.) eram frequentes (FERREIRA, 1960). Os sertanistas conheciam o rio e o caminho que levava até ele. Mas, passados trinta anos, lapso de tempo durante o qual parece não ter ido bandeira nenhuma ao Paraupava, bem podia perder-se as características do rio e a sua localização exata. O certo é que, "ao aproximar-se a metade do século XVII não surgia mais em São Paulo documento algum restando o nome Paraupava. Por outro lado, na Capitania do Pará, sertanistas e jesuítas iniciaram ... um ciclo intenso de exploração do Tocantins e... do Araguaia" (FERREIRA, 1960, p. 266).

A distância criada na imaginação do bandeirante passa a ser real área geográfica da caminhada. Área difícil de ser transposta. Muitos morriam na ida, durante ou na volta dessa longa e penosa jornada. Henrique Silva registra o seguinte episódio relatado por Urbano do Couto, quando este tinha vinte anos de idade, em 1722:

os mais sermões deram vida a muita gente, porque vendo meus companheiros cada dia morrerem 3 ou 4 de fome, depois de terem comido todos os cachorros, e alguns cavallos, principiei a pregar e fiz 35 sermões sem mudar de thema, animando a todos que não esmorecessem, certificando-lhes para adiante rios de muita caça, mel e gabiobas. Perguntavam os miseráveis: Quando? Respondia-lhes: Nestes dias; e nestes permitiu Deus que chegássemos, e tudo se achou certo (SILVA, 1917, p. 28).

Essa questão do envolvimento com os mitos de riqueza escondida é possível quando se observa fatos como a saída da Bandeira em 1810 à procura da 'Lagoa Dourada'. Em 1820, a bandeira de Francisco Lopes de Sá vai à procura dos Martírios. A obra de Manoel Rodrigues Ferreira descreve o imaginário em torno do "ouro dos Martírios". Ouro esse que se supunha estar perto do Araguaia, em local indeterminado.

Quando o Anhanguera mudou de rumo indo para o norte, deixou os Guaiazes que procurava. Distanciou-se mais de cem léguas. Ocorreu que a precariedade levou à morte cerca de quarenta pessoas. Henrique Silva assim refere-se ao fato:

Vendo-se o cabo nesta miséria, e temendo a falta e mortandade de gente, e muito mais considerando o erro que tinha dado no rumo que então seguia, se valeu do céu, e foi a primeira vez que o vi lembrar-se de Deus, prometendo e fazendo várias novenas a Santo Antonio para que nos deparasse algum gentio que conquistado nos valessemos dos mantimentos que lhe achássemos, para remédio da fome que padecíamos (SILVA, 1917, p. 30).

As minas em Goiás foram descobertas por volta de 1725, o que causou grande alvoroço na população paulista. A região das descobertas era conhecida deste a metade do século XVII, com o nome de 'sertão de Goiás' pertencendo à Capitania de São Paulo. Manoel Rodrigues Ferreira descreve o acontecimento: «Com o descobrimento do ouro em 1726, a antiga denominação 'sertão dos Goiás' foi substituída por 'minas de Goiás' dando anos depois o nome à nova Capitania, ou seja, Capitania dos Goiás (FERREIRA, 1960, p. 319).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

No século XIX, muitos viajantes europeus vêm aventurar-se no Brasil. Suas descrições chegaram até a atualidade como documentos históricos. Saint-Hilaire, por exemplo, relata fatos interessantes, mas muitas vezes fantasiados e referenciados na cultura europeia. Trata-se de um francês que visita Goiás (1816-1822). Descreve a região como infortunada e “entregue a longos anos a uma administração quase sempre imprevidente e com frequência espoliadora” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 13). Sequelas do período do garimpo, mas que chega aos dias atuais com força de história, de história política de exploração, de discursos míticos e, acima de tudo isso, com intencionalidades escondidas nas entrelinhas dos relatos que buscam legitimar a exploração através da justificação do explorador, e, de outro lado, confortar o explorado com promessas de um futuro melhor, mais rico, mais feliz.

Em todas as histórias e mitos misturam-se acontecimentos interpretados pela imaginação cujos interesses apontam para o econômico. Tanto no apresamento, na extração vegetal ou mineral, os bandeirantes caminharam e desbravaram as terras brasileiras. Para alguns, os bandeirantes são heróis que merecem a homenagem a ser prestada pelo Estado e pela sociedade, para outros, os bandeirantes são vilões que exploraram, aprisionaram e empobreceram o sertão brasileiro. De qualquer forma, o Brasil não pode ser estudado sem que se considere a importância das bandeiras e seus mitos, parte essencial de sua história.

Notas

- 1 Gentio era designação dada aos índios, talvez como sinônimo de pagãos ou os que estão fora das bênçãos de Deus; essa também era a terminologia empregada para os negros da terra.
- 2 Gonçalves Dias tem um poema onde a Mãe d'água é comparada com Loreley (CASSIANO, 1959, p. 119).

Referências

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. 7ª Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Publi-folha, 2000.
- BESSONE, Tânia Maria Tavares & QUEIROZ, Tereza Aline. (orgs.) *América Latina: Imagens, Imaginação e Imaginário*. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão e Cultura/EDUSP, 1997.
- RICARDO, Cassiano. *Marcha Para Oeste – A Influência da Bandeira na Formação Social e Política do Brasil*. 3ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Meio Século de Bandeirismo – 1590-1640*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. *O Mistério do Ouro dos Martírios: desvendando o grande segredo das bandeiras paulistas*. São Paulo: Biblos, 1960.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 30ª Rio de Janeiro: Record, 1995.
- MAGALHÃES, Couto de. *Viagem ao Araguaia*. 6ª, São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1957.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- NEMÉSIO, Vitorino. *O Campo de São Paulo – A Companhia de Jesus e o Plano Português do Brasil*. 3ª ed., Lisboa: Panorama, 1971.
- MACHADO, Alcântara. *Vida E Morte Do Bandeirante*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1980.
- SAINT-HILAIRE, A. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- SILVA, Henrique. *A Bandeira do Anhanguera a Goiás em 1722*. Rio de Janeiro: Desconhecida, 1917.



SILVA, Hermano Ribeiro. *Nos Sertões do Araguaia*. São Paulo: Cultura Brasileira, 1935.

SOUZA, Bernardino José de. *Ciclo de Carro de Bois no Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1958.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 7ª São Paulo: Melhoramentos, 1962.

